

Liminar do Ciesp impede que Cetesb modifique cálculos para o licenciamento ambiental em São Paulo

Em 18 de abril foi deferida liminar pleiteada pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Mandado de Segurança Coletivo impetrado contra ato da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para o fim de suspender a aplicação da Decisão da Diretoria nº 315/2015/C, de 28/12/2015, aos associados do Ciesp, devendo a Cetesb deixar de aplicar a exigência para o cálculo de preços do licenciamento ambiental.

A exigência afastada pelo Judiciário dispõe sobre procedimento relativo ao cálculo de preços do licenciamento estabelecido pelo Decreto Estadual nº 8.468/76 e suas alterações (Decreto nº 47.397/2002). Por esse ato a Cetesb passou a considerar como área integral da fonte de poluição (art. 73-C do regulamento) a área do terreno ocupado pelo empreendimento ou atividade, acrescida das áreas construídas dos pavimentos superiores e/ou inferiores.

Ocorre que, para o Ciesp, a Cetesb extrapolou seu poder normativo, que se limita à expedição de normas técnicas específicas e suplementares de suas atribuições, pois ao definir componente do "preço" e estabelecer o seu limite por meio de Decisão de Diretoria, tratou de matéria reservada ao regulamento (Decreto) da Lei nº 997/76.

Além disso, a ampliação resultante da modificação no cálculo do preço das licenças ambientais, não só resultou

em aumentos de mais de 1.000% nos valores e, cobrança indevida, sobre áreas que não são objeto do licenciamento ambiental, tais como quadras esportivas, jardins, pátios de estacionamento, dentre outras.

Com a decisão liminar, os associados ao Ciesp estão acobertados e não devem se submeter à referida exigência para fins de cálculo do licenciamento ambiental (Licença Ambiental Prévia, Licença de Instalação, Licença de operação e respectivas renovações).

Agência Ciesp de Notícias – editado.

Procedimento para Aplicação da Liminar

- Solicitar a "Declaração de Associado" em uma regional do Ciesp.
- Apresentar a declaração na Cetesb juntamente com os documentos exigidos para sua tipologia de licenciamento.

Países assinam acordo sobre o clima na ONU

No dia 22 de abril sessenta chefes de Estado e de governo reuniram-se na sede da ONU para assinatura do acordo de Paris, o qual foi negociado em dezembro do ano passado e instituiu um processo com metas individuais de cada país para a redução de emissões de gases de efeito estufa que, somadas, devem ser capazes de limitar o aumento da temperatura da Terra em até 1,5°C até 2100.

Os 175 países signatários representam mais de 93% das emissões de gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global, de acordo com a ONG World Resources Institute.

Dentre os signatários destacam-se China e Estados Unidos, ambos com emissões significativas e que despertaram grandes expectativas quanto a adesão ao acordo durante sua negociação.

O Brasil participou da cerimônia da Organização das Nações Unidas (ONU), para formalizar o compromisso de reduzir 37% das emissões até 2025 e 43%, até 2030, ambas em comparação a 2005. Além das ações em curso, o país anunciou, em pacto firmado com os Estados Unidos, que vai restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Também há o objetivo de alcançar, até 2030, a participação de 28% a 33% das fontes renováveis (eletricidade e biocombustíveis), além da geração hidráulica.

No entanto, a assinatura é apenas o primeiro passo do processo. Para o acordo entrar em vigor, 55 países responsáveis por pelo menos 55% das emissões de gases do efeito estufa devem ratificá-lo.



Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental

Acesse:

<http://www.fiesp.com.br/?temas=meio-ambiente>

MONITORE é divulgado em regionais do Ciesp e entidades de classe brasileiras

Após o lançamento do Monitore, ocorrido na sede da Fiesp durante plenária da Câmara Ambiental da Indústria Paulista, a equipe do departamento realizou apresentações da ferramenta, exibindo material promocional do sistema e esclarecendo dúvidas dos presentes quanto ao acesso e funcionamento da plataforma digital para um público total de 675 pessoas.

Abaixo seguem os locais onde ocorreram as apresentações.

- Sede da Fiesp
- Alta Paulista
- Americana
- Bauru
- Botucatu
- Campinas
- Grupo de Meio Ambiente da ABIHPEC e ABIQUIM
- Limeira
- Presidente Prudente
- Rio Claro
- Rodada de Negócios de Jacareí e Valinhos
- Santa Bárbara d'Oeste



- São José do Rio Preto
- Taubaté

Acompanhe as próximas apresentações previstas na Agenda DMA, disponível no final desse informativo.

Portaria DAEE altera critérios para dispensa de outorgas de direito e uso de recursos hídricos

Norma revisada em abril de 2016, a Portaria DAEE nº 2292/06 disciplina os usos que independem de outorga de recursos hídricos superficiais e subterrâneos no Estado de São Paulo. A versão modificada da portaria apresenta novas referências de volumes totais diários de uso, para verificação de insignificância e elegibilidade para o pedido de dispensa de outorga.

Usos/ volumes diários* insignificantes	Portaria Vigente- 18/04/2016	Portaria anterior 2006
Extrações de águas subterrâneas	Volumes inferiores a 15 m³/ dia	Volumes inferiores a 5 m³/ dia
Derivações ou captações de águas superficiais	Volumes inferiores a 25 m³/dia	
Lançamentos de efluentes em cursos d'água superficiais	Volumes inferiores a 25 m³/dia	
Derivações ou captações feitas em acumulações de água em tanque escavado em várzea	volumes inferiores a 15 m³/dia	

No caso de vários usos em um mesmo empreendimento, o volume total corresponde ao somatório dos usos em um mesmo curso d'água superficial, e no caso de águas subterrâneas, ao somatório das extrações em um mesmo aquífero.

Destaca-se que todas as extrações de águas subterrâneas realizadas no Aquífero Guarani estarão sujeitas à outorga

de direito de uso de recursos hídricos, exceto os usos localizados em área rural com finalidade de satisfação das necessidades de pessoas físicas.

Procedimento para solicitação de dispensa de outorga

Os usuários que utilizarem recursos hídricos classificados como insignificantes e não sujeitos à outorga devem requerer, sem custo, a dispensa de outorga e o cadastramento no DAEE, por meio da apresentação da seguinte documentação:

- preenchimento do requerimento de "Dispensa de Outorga de Recursos Hídricos" e do "Termo de Compromisso e Responsabilidade" – Anexos I e II da Portaria DAEE nº 2292/06;

- relatório fotográfico comprovando a instalação de hidrômetro para os seguintes usos:

- a) captações de águas superficiais em curso d'água;
- b) captações em tanques escavados em várzea;
- c) captações em poços tubulares profundos.

- relatório fotográfico do maciço, dispositivos hidráulicos e espelho d'água, para barramentos em curso d'água.

* Para extrações de águas subterrâneas, a portaria indica a necessidade de atendimento das exigências da Instrução Técnica DPO nº 006/11 (DAEE).

COSEMA debate ameaça aos oceanos

Criador da série “Mar sem Fim”, exibida pela TV Cultura, o ambientalista João Lara Mesquita participou de reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema). Em sua palestra, com o tema “Desafios ambientais e os oceanos”, Mesquita apresentou dados sobre ameaças à vida marinha e ressaltou a complexidade da questão. Em sua opinião, o principal problema dos oceanos, um importante ecossistema do planeta, é o desconhecimento. Sabe-se mais sobre o espaço que sobre os oceanos, afirmou João Lara.

Segundo o convidado, apenas 2,2% dos oceanos estão protegidos, e citou a Meta 11 de Aichi (Metas de Aichi de Biodiversidade, adotadas por mais de 190 países em 2010, voltadas à redução da perda da biodiversidade em âmbito mundial), referente ao aumento da proteção de áreas marinhas e costeiras até 2020. Mostrou ainda que EUA, Reino Unido, França e Chile já criaram áreas protegidas enquanto o Brasil tem menos de 1,5% da zona costeira supostamente protegida (a meta do país, que assinou o tratado de Aichi, é chegar a 10% até 2020) e enfatizou a confusão e profusão de tipos de áreas de conservação ambiental no Brasil.

Como exemplo, mencionou a APA da Baleia Franca, em Santa Catarina, criada em 2000, que por falta de plano de manejo teve proibida atividade de avistagem de baleias. Segundo Mesquita, unidades de conservação marinha poderiam gerar receita de turismo.



Foto: Helício Nagamine/Fiesp

Queensland, Estado da Austrália da Grande Barreira de Corais, fatura US\$ 5 bilhões por ano com turismo. Parques dos EUA recebem 280 milhões de visitantes por ano. Como sugestões Mesquita apontou a redução do número de tipos de Unidades de Conservação (UCs); passar para a iniciativa privada a gestão de parques nacionais e desenvolver UCs com atrativos, deixando para o ICMBio apenas estimular RPPNs e PPPs e impor e cobrar metas aos gestores.

Agência Indusnet Fiesp – editado.

Conama estuda critérios para compostagem

Em julho de 2015, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente encaminhou ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) proposta de Resolução que “define critérios e procedimentos para a produção de composto proveniente de resíduos sólidos orgânicos, para o licenciamento ambiental de unidades de compostagem, e dá outras providências”. O Grupo de Trabalho foi criado, pela Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos do Conama, com o objetivo de amadurecer tecnicamente a proposta em debate aberto com a

sociedade. Os debates são abertos e têm contado com a participação de ONGs, associações, empresas do setor de compostagem, técnicos de prefeituras, órgãos estaduais de meio ambiente, ministérios, entre outros atores com experiência no tema. Toda a tramitação do processo está disponível no endereço eletrônico <http://www.mma.gov.br/port/conama/processo.cfm?processo=02000.001228/2015-37>.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>, consultado em 26 de abril de 2016.

SINCOBESP lança campanha por uma cidade melhor - A gente fica com o Osso

O Sindicato dos Coletores e Beneficiadores de Subproduto de Origem Animal (Sincobesp), lançou campanha de conscientização mostrando a importância das indústrias que reciclam subprodutos animais durante a Fenagra 2016.

A Campanha que terá duração de 12 meses conta com hotsite, página no facebook e outras mídias sociais para explicar ao público por meio de postagens e matérias, a relevância do serviço prestado pelo setor e prevê colocação de adesivos nos caminhões das empresas associadas, que aderirem financeiramente ao projeto, além de distribuição de cartilhas explicativas para os moradores do entorno das

fábricas.

A decisão de investir em uma conscientização, explica o presidente do Sincobesp, Nelson Antonio Braido, vem da necessidade de mostrar para os moradores do entorno das fábricas, bem como para toda a população, a importância desse trabalho. “Somos um setor fundamental para o meio ambiente e no entanto, temos uma imagem negativa associada apenas à questão do odor da atividade. É preciso que a população entenda o nosso trabalho e o quanto seria complicado se nossa atividade não existisse”.



Fóruns Ambientais

Federais

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

O Grupo de Trabalho referente ao Plano de Intervenção para Reabilitação de Áreas Contaminadas avaliou a organização e consistência técnica dos capítulos já escritos com vistas ao atendimento do objetivo de aplicação da norma. A Fiesp indicou a importância de envio do documento a ser analisado na reunião com maior antecedência para que seus participantes possam melhor contribuir com as considerações das entidades representadas.

Estaduais

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Comissão Temática Processante e de Normatização

A comissão deu continuidade às discussões sobre a inclusão das Estações Elevatórias de esgoto com vazão menor que 50L/s no rol de atividades sujeitas ao licenciamento simplificado, além de iniciadas as atividades referentes à tarefa atribuída pela Deliberação 007/16, para consolidar o procedimento para fixação dos tipos legais sancionatórios e respectivas dosimetria e fundamentação dos valores das multas aplicadas pela prática de ilícitos ambientais de cunho administrativo.

Comissão Temática das Atividades Industriais e Minerárias

A comissão debateu acerca dos resultados dirigidos à elaboração do Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte apontados no relatório técnico.

Plenário

Em reunião ordinária, foi apresentado o andamento dos trabalhos e balanço de projetos acolhidos pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, bem como da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado e atribuição de tarefa à Comissão Temática de Políticas Públicas, para acompanhar sua elaboração e ofertar relatório ao Plenário.

Conselho Estadual de Saneamento (Conesan)

Assembleia Geral para eleição das entidades da sociedade civil para comporem o Conselho, período 2016-2018. A Fiesp foi eleita entidade titular federativa representando as indústrias, grandes consumidoras de serviços públicos de saneamento básico. O Ciesp foi eleito suplente como entidade associativa de empresas de fabricação e comercialização de produtos industriais utilizados no

saneamento básico.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Discutida minuta de Deliberação CRH que aprova a revisão dos programas de duração continuada (PDCs), cuja utilização com vistas a implementação dos instrumentos de gestão previstos na Política de Recursos Hídricos dependerá da aprovação do Projeto de Lei Estadual nº 192/2016.

Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e Usos Múltiplos

Discutida a minuta de Resolução proposta pela câmara técnica de águas subterrâneas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) sobre a gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas. Fiesp e Ciesp posicionaram-se contrários à elaboração de Resolução, conforme texto proposto, pois tal matéria já está amplamente contemplada em normas nos âmbitos Federal, inclusive Resoluções CNRH e do Estado de São Paulo, além do texto da minuta apresentar proposições que extrapolam o poder normativo do CNRH. Como encaminhamento, as câmaras elaborarão parecer sobre a minuta e apresentarão propostas de alteração de texto indicadas durante a reunião.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Desenvolvimento Sustentável

Realizadas discussões sobre a legislação que trata de licenciamento ambiental e resíduos sólidos.

Municipais

Comitê de Mudança do Clima e Economia do Município de São Paulo

A reunião contou com apresentação sobre as ações de Proteção e Defesa Civil mediante os efeitos das alterações climáticas no município de São Paulo. Laura Lucia Vieira Ceneviva, secretária executiva do comitê, apresentou o resultado dos trabalhos dos GTs do Comitê, finalizados em 2012, propondo reativá-los. Como encaminhamento, foi solicitado aos membros que apresentem propostas para reorganização dos GTs.

Comitês de bacias hidrográficas

Federais

Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico

Reunião para análise dos níveis de abastecimento da região, ocorrências do mês e perspectivas para o período de estiagem. O setor industrial formalizou consulta aos organismos gestores quanto a suspensão das restrições de outorga em virtude dos níveis atuais dos reservatórios do Sistema Cantareira.

Câmara Técnica de Outorga e Licenciamento (CTOL)

Encontra-se em discussão no CTOL a proposta da CETESB em antecipar o enquadramento do Rio Jundiá, com metas de 2020 e 2035 com base na rede de monitoramento de qualidade, dados 2013, 2014 e 2015.

Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)

Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas

O grupo de operações hidráulicas discutiu as regras vigentes de operação do sistema integrado e os impactos das reduções das vazões defluentes nos usuários, bem como a implementação das medidas emergenciais de ajustes nas respectivas captações.

Câmara Técnica Consultiva (CTC)

Realizada em Resende/RJ, a reunião analisou a proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, relativa a transposição para a bacia do Rio Guandu, que deverá ser avaliada pela plenária.

Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG)

O GT analisou a proposta de revisão do contrato entre a agência da bacia do comitê (Agevap) e a Agência Nacional de Águas (ANA), no qual o comitê é o interveniente.

Grande (CBH-Grande)

Reunião plenária para aprovação das normas, procedimentos e critérios do processo eleitoral para a renovação das representações do comitê e criação da comissão eleitoral.

Comissão Eleitoral

1º reunião da comissão eleitoral para avaliação das inscrições realizadas e definição de plano de ação e cronograma da comissão eleitoral.

Paranapanema

Câmara Técnica do Plano de Bacia

Apresentado o relatório parcial de diretrizes e estudos para os instrumentos de gestão e recomendações para os setores usuários, durante reunião da CT.

4ª Oficina do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paranapanema (PIRH-Paranapanema)

O CBH-Paranapanema e a Agência Nacional de Águas (ANA) promoveram oficina para membros do comitê e

convidados, com o objetivo de coletar contribuições para subsidiar o planejamento das ações que comporão o PIRH Paranapanema.

Estaduais

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro)

Realizada reunião pelos comitês Paraíba do Sul (CBH-PS); Baixo Tietê (CBH-BT); Pontal do Paranapanema (CBH-PP); Baixada Santista (CBH-BS); Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT) e Turvo Grande (CBH-TG) para hierarquização dos projetos habilitados para pleitearem financiamento com recursos do Fehidro 2016.

Alto Tietê (CBH-AT)

Grupo de Trabalho Gestão de Demanda

Após avaliação dos resultados do trabalho do grupo, definiu-se pelo o encerramento do grupo devido ao fim dos trabalhos propostos.

Grupo Técnico de Consultas Ambientais

A Mineradora Pedrix apresentou o estudo e relatório de impacto ambiental (Eia-Rima) da ampliação de seu empreendimento para auxiliar a análise a ser realizada pelo GT e manifestação final CBH-AT.

Câmara Técnica de Planejamento e Articulação

A CT discutiu durante o mês de abril o edital para contratação do novo Diretor Presidente da Agência de Bacia FAHBAT, elaboração das propostas para a formação da comissão do processo seletivo e minuta de deliberação para criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Aprovada em reunião plenária deliberação referente aos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos, urbano e industrial dos recursos hídricos no âmbito da bacia de SJD.

Pardo (CBH-Pardo)

Formalizado grupo de trabalho coordenado pelo GAEMA (Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente), no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, para tratar de temas ligados a educação ambiental e saneamento.

Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)

O andamento dos trabalhos de revisão do plano de bacia foi discutido em reunião da câmara técnica de planejamento. O prazo previsto de entrega do plano é dezembro de 2016.

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

Discutida proposta de revisão do estatuto e de elaboração

do respectivo regimento do comitê. Dentre outras alterações, a sociedade civil, com apoio dos usuários, propôs encaminhar para a plenária alteração na composição do comitê.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

DR Botucatu

Em reunião da diretoria do Ciesp de Botucatu, o DMA apresentou a sistemática do processo eleitoral do CBH-Paranapanema, bem como sua importância frente à representação de usuários de recursos hídricos na região.

DR Diadema

Ciesp de Diadema organizou em sua sede palestra da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente sobre a lei de compensação ambiental e conceitos de gestão ambiental ministrada para os alunos do 6º ano do SESI Diadema. Em seguida, ocorreu o plantio de 52 mudas de espécies nativas do bioma Mata Atlântica pelos alunos do 6º ano do SESI Diadema, nas dependências da sede, com distribuição de mini regadores personalizados para os alunos.



Grupos de Meio Ambiente - CIESP

DR Botucatu

Reunião do Grupo de Meio Ambiente para definição do calendário de reuniões e representantes do segmento industrial que comporão o plenário do Comitê Federal do Paranapanema, quadriênio 2016/2020.

DR São José do Rio Preto

Na reunião foi discutido o aumento dos preços de licenciamento ambiental pela Cetesb e liminar obtida pelo Ciesp, que impede que a Cetesb modifique cálculos do preço de licenciamento para seus associados, além de outros assuntos do controle ambiental. Na ocasião também apresentada a nova versão da Norma ABNT: NBR ISO 14001:2015.

DR Jundiá

Major Jantsch, do 12º Grupamento de Artilharia de Campanha em Jundiá, proferiu palestra na regional do

CIESP, sobre produtos controlados pelo exército para integrantes do Grupo de Meio Ambiente.



DR Santa Bárbara d'Oeste

O encontro discutiu os reajustes dos preços de licenciamento ambiental pela Cetesb e liminar obtida pelo Ciesp, que impede que a Cetesb modifique cálculos do preço de licenciamento para seus associados. Na ocasião também foi debatido aumento das taxas de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) pelo IBAMA e na sequência foi ministrada palestra sobre redução do consumo energético e hídrico.

DR Presidente Prudente

Na reunião discutiu-se a gestão de resíduos sólidos na indústria, aspectos técnicos legais.

DR Indaiatuba

O DMA realizou palestra sobre a nova versão da Norma ABNT: NBR ISO 14001:2015, apresentando os principais pontos de alteração e os prazos para adequação.



DR Limeira

Na reunião, foram realizados esclarecimentos sobre a liminar obtida pelo Ciesp, que impede a Cetesb de modificar os cálculos do preço de licenciamento para seus associados, com destaque ao procedimento necessário para sua utilização ao realizar os pedidos de licença. Os profissionais também trataram dos detalhes sobre o workshop que será realizado no dia 1º de julho (sexta-feira) em parceria com a Cetesb, em que cases de sucesso serão apresentados por empresas de vários setores.

Outros eventos

Seminário de Lançamento do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE)

O DMA palestrou durante o painel de Mudanças Climáticas no seminário de lançamento do IRICE, instituto com objetivo de realizar seminários, estudos e promover debates em sobre os diferentes aspectos das relações internacionais brasileiras. O evento abordou a agenda externa do Brasil nos campos de comércio, clima e energia.

POLLUTEC BRASIL - Feira Internacional de Tecnologias e Soluções Ambientais

A Fiesp esteve presente na POLLUTEC BRASIL, onde foram divulgados os trabalhos desenvolvidos na área de proteção e soluções ambientais, com destaque para o lançamento do Monitore- Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais.

XV Congresso Brasil Rendering

Ministrada palestra sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no XV Congresso Brasil Rendering, promovido pelo Sindicato Nacional dos Coletores e Beneficiadores de Subprodutos de Origem Animal (Sincobesp) e a Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA).

Encontro Itinerante de Negócios em Jacareí

Evento gratuito e voltado para empresários e empreendedores de todos os segmentos com demandas de compra e venda, o Encontro Itinerante de Negócios no Ciesp Jacareí, contou com a presença do DMA, que esclareceu dúvidas sobre a liminar obtida pelo Ciesp, que impede que a CETESB modifique os cálculos do preço de licenciamento para seus associados.

Rodada de Negócios – Valinhos

O DMA participou da Rodada de Negócios, apresentando os produtos e serviços oferecidos pela área ambiental.

22ª Edição do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental

O DMA realizou a 1ª reunião da comissão julgadora que avaliará os projetos apresentados pelas indústrias paulistas com as melhores práticas ambientais. Este ano, concorrem ao Prêmio Mérito Ambiental 56 projetos. As empresas vencedoras serão conhecidas no evento de Solenidade de Premiação que ocorrerá em 07 de junho, durante a Semana de Meio Ambiente.



Para conhecer alguns casos premiados, acesse nossa página:

<http://www.fiesp.com.br/premios-dma/boas-praticas-da-industrias/>

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Instrução Normativa MAPA nº 5, de 10 de março de 2016

Estabelece regras sobre definições, classificação, especificações e garantias, tolerâncias, registro, embalagem, rotulagem e propaganda dos remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura.

Portaria MMA nº. 76, de 16 de março de 2016

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para a implementação do "Compromisso pelo Desmatamento Ilegal Zero".

Portaria ICMBio nº. 23, de 28 de março de 2016

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Caburé, situado no Município de São José do Barreiro, no Estado de São Paulo.

Portaria MMA nº. 88, de 1º de abril de 2016

Prorroga por 60 (sessenta) dias a vigência do Grupo de Trabalho denominado GT TFCA, instituído pela Portaria MMA nº 372, de 3/12/2015.

Resolução Conama nº. 474, de 6 de abril de 2016

Altera a Resolução nº 411, de 6/5/2009, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.

Portaria MAPA nº. 24, de 6 de abril de 2016

Regulamenta o registro especial temporário automático para pesquisa e experimentação de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Portaria MAPA nº. 23, de 6 de abril de 2016

Institui o Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários (Agrofit), como sistema oficial de cadastro dos agrotóxicos, produtos técnicos e afins registrados no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Portaria MMA/MME nº. 100, de 8 de abril de 2016

Estabelece que todo o óleo lubrificante usado ou contaminado disponível deverá ser coletado, ou alternativamente, garantida sua coleta pelos produtores ou importadores de óleo lubrificante acabado, mesmo que superado o percentual mínimo fixado por esta Portaria, bem como sua destinação final de forma adequada.

Projetos de lei (PL)

PEC nº. 7/2016 - Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito humano ao acesso à terra e à água como direito fundamental.

PEC nº. 2/2016 - Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.

PLS nº. 79/2016 - Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12/2/1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.

PL nº. 5.007/2016 - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos públicos dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a instalação de coletores de pilhas e baterias que contenha elementos tóxicos, corrosivos e reativos.

PL nº. 4.967/2016 - Altera a Lei nº 12.305, de 2/8/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para exigir que os impressos de propaganda distribuídos em locais públicos sejam feitos com material reciclado e biodegradável.

PL nº. 4.933/2016 - Altera a Lei nº. 7.802, de 11/6/1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para acelerar o prazo de registro de agrotóxicos.

PL nº. 4.908/2016 - Altera a Lei nº 11.105, de 2005 (Lei de Biossegurança), no que diz respeito aos rótulos de produtos alimentares com organismos geneticamente modificados (OGM) ou seus derivados.

PL nº. 4.868/2016 - Cria o Fundo Nacional Pro-Água.

PL nº. 4.794/2016 - Altera a Lei nº 9.433, de 8/1/1997, a Lei nº 10.257, de 10/7/2001, a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, e a Lei nº 11.445, de 5/1/2007, impedindo a ocupação de áreas de risco e trata do planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo de vazão dos rios.

PL nº. 4.758/2016 - Proíbe a utilização de selo verde em produtos, a menos que seja por meio de certificação oficial.

Estadual

Resolução SMA nº. 30, de 24 de março de 2016
Dispõe sobre a localização das unidades descentralizadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como seus limites geográficos de atuação.

Resolução SMA nº. 32, de 28 de março de 2016

Dispõe sobre os parâmetros mínimos para o monitoramento da qualidade da água relativos ao licenciamento da atividade da aquicultura.

Resolução SMA nº. 36, de 31 de março de 2016
Institui o Comitê Temático da Construção Civil Sustentável, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a fim de integrar as ações para o desenvolvimento da construção civil sustentável no Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº. 35, de 31 de março de 2016
Dispõe sobre a instituição e as diretrizes para o funcionamento de Comitês Temáticos, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a fim de integrar as ações para o desenvolvimento sustentável no Estado de São Paulo.

Resolução SAA nº. 18, de 7 de abril de 2016
Dispõe sobre a criação de Coordenação Executiva para propor e formatar o Programa de Apoio aos Agropecuaristas Paulistas, em especial quanto à Regularização Ambiental, em conformidade com o Protocolo de Intenções firmado entre a SAA e a Faesp.

Resolução SMA nº. 38, de 12 de abril de 2016
Dispõe sobre o Cadastro das Entidades Ambientistas e sobre o Certificado de Reconhecimento de Entidade Ambientalista, no âmbito do Estado de São Paulo, estabelece regras para a eleição de entidades ambientalistas para o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

Decisão Cetesb nº 70-C, de 12 de abril de 2016
Dispõe sobre o Programa de Gerenciamento de Riscos para Administradores de Rodovias para o Transporte de Produtos Perigosos - PGR Rodovias - no território do Estado de São Paulo.

Decisão Cetesb nº 69-P, de 12 de abril de 2016
Dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de informações técnicas à Cetesb.

Resolução SMA nº. 42, de 19 de abril de 2016
Estabelece a atuação, como Agentes Técnicos do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Cofehidro), das unidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas, e cria o Balcão Único.

Projetos de lei (PL)

PL 265/2016 - Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais compulsórias nos empreendimentos que desenvolvam atividades efetivas ou potencialmente poluidoras no Estado.

PL 192/2016 - Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH).





Calendário ambiental

Até 30 de junho de 2016

Realização da primeira Revisão Periódica de Segurança de Barragens de acumulação de água do Plano de Segurança de Barragem (PSB).

A quem se aplica: às barragens fiscalizadas pelo DAEE, que apresentem, pelo menos, uma das características descritas no artigo 3º da Portaria DAEE 3.907/2015, que considera: altura do maciço, capacidade total do reservatório e categoria de dano potencial. As empresas classificadas na categoria de Dano Potencial Associado baixo, que se enquadrem no Artigo 4º da Portaria DAEE, estão dispensadas do PSB.

Como fazer: a Revisão Periódica de Segurança de Barragem compreende ao exame de documentação da

barragem, relatórios de inspeção, procedimentos de manutenção e análise comparativa do desempenho da barragem em relação às revisões efetuadas anteriormente. O conteúdo mínimo da Revisão Periódica de Segurança de Barragem está detalhado no Volume IV, do Anexo III da Portaria DAEE 3907/2015. A periodicidade máxima da Revisão Periódica de Segurança de Barragem é definida em função da Matriz de Categoria de Risco e Dano Potencial Associado, constante do Anexo II da Portaria DAEE 3907/2015.

Além das Revisões Periódicas, é importante monitorar a Inspeção Regular, que deve ser realizada no mínimo uma vez, a cada 02 (dois) anos.

Agenda DMA

Acompanhe a seguir a agenda com as próximas atividades programadas do DMA

18/05

Apresentação Monitore e ISO 14.001:2016 DR Marília
Rodada de Negócios em Diadema

19/05

Apresentação Monitore e ISO 14.001:2016 DR Botucatu

24/05

Rodada de Negócios Atibaia

Apresentação Monitore DR São Bernardo do Campo

01/06

Treinamento IBAMA sobre preenchimento
Cadastro Técnico Federal (CTF) - DR Mogi das Cruzes

02/06

Treinamento IBAMA sobre preenchimento
Cadastro Técnico Federal (CTF) – DR Americana

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br
Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.





SEMANA DO MEIO AMBIENTE

DE 07 A 09 DE JUNHO DE 2016

18ª Semana do Meio Ambiente
**SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO:
UM NOVO OLHAR PARA O FUTURO.**



Programação especial com painéis exclusivos
e a participação de grandes profissionais da área.

**MAIS INFORMAÇÕES: DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
TEL: 11 3549-4675 | E-MAIL: CDMA@FIESP.COM.BR**